

Ignorância ou má-fé?

25 JUL 1992

Miguel Jorge

CORRÍO BRASILENSE

Desde que a economia nacional começou a ratear no início da década de 80, prejudicada pelos dois choques do petróleo, pelo choque dos juros internacionais e, reconheçamos, pelos nossos próprios erros e vacilações, a sociedade brasileira passou a ser tomada, periodicamente, por duas síndromes: a síndrome dos pactos sociais fracassados e a síndrome dos pacotes.

Basta as dificuldades tornarem-se mais agudas e já se começa a falar em entendimento, em grande pacto nacional, nos moldes dos Pactos de Moncloa, o mais citado deles, ou de outros bem-sucedidos como os de Israel e do México. Interlocutores vários se apresentam, teóricos teorizam, políticos palpitam, burocratas fazem reuniões, empresários e sindicalistas são convocados para conversar, a população cria esperanças.

Após certo tempo, embora todos reconheçam que sem algum tipo de acordo a superação da crise nacional é quase impossível, as tratativas são suspensas porque ninguém quer fazer sacrifícios, porque não há lideranças verdadeiramente nacionais, porque... as explicações para o fracasso são várias.

Desemboca-se, então, num grande pacote (daqueles com congelamento, tablitais, nova-velha moeda,...) ou pequeno (um aumentozinho de impostos), de acordo com o apetite burocrático do dia e a gravidade da situação do momento.

Felizmente, para a tranquilidade geral da Nação, depois de muito esforço o ministro Marcílio Marques Moreira conseguiu afastar essa síndrome dos pacotes econômicos que tem tirado o sono e o bom humor dos brasileiros.

Mas até quando conseguirá se manter os agentes econômicos calmos e confiantes, à espera de que a aprovação da reforma fiscal e de outras reformas estruturais da economia pelo Congresso comecem a

surtir efeitos? Os "soluções inflacionários", expressão cunhada pelo próprio ministro, mostram o quanto o equilíbrio atual é precário.

É preciso pensar novamente no pacto social.

Ora, dirão os cépticos, novamente um jogo de cena e conversa fiada? Agora, muito provavelmente não, se houver boa vontade, porque há um exemplo concreto de entendimento do tipo que precisamos e que tem funcionado e bem o acordo, da indústria automobilística. Todos fizeram algum sacrifício — trabalhadores, empresas, governos federal e estaduais — e todos saíram ganhando.

Os números estão aí e não mentem. As vendas de veículos no mercado interno saltaram de 29,8 mil unidades em março, com tendência de queda, para 71,2 mil veículos em abril depois do acordo — 142 por cento mais — e ficaram em 60,6 mil em maio, 106,9 por cento maior do que março, o que se repetiu em junho. Com isso, evitaram-se as demissões que fatalmente ocorreriam se o mercado continuasse deprimido — chegou-se a citar um número de 10 mil só nas montadoras — e praticamente não se falou mais em férias coletivas ou em licenças remuneradas, insustentáveis a longo prazo e que trazem grande intranquilidade para o trabalhador e sua família.

Os consumidores, de sua parte, pagaram um automóvel 22 por cento em média mais barato em termos reais. Um Verona LX 1.6 a álcool que custava 19.143 dólares no dia sete de março custando em junho 13.942 dólares, 27,2 por cento menos.

O aumento das vendas e a manutenção do poder de compras de um setor responsável por cerca de 11 por cento do PIB nacional, que emprega só nas montadoras 142 mil trabalhadores, e proporciona ainda cerca de 4,1 milhões de empregos indiretos em todas as cadeias ligadas à indústria automobilística, evitaram

o que muitos davam como certo: o agravamento da recessão. Só isso já seria um grande lucro para os governos federal, estaduais e municipais, cuja maior obrigação é manter a tranquilidade social. Embora as estatísticas oficiais ainda não estejam prontas, há indicações concretas, contudo, de que houve ganhos diretos também na arrecadação de impostos.

O recolhimento de IPI pelo Tesouro Nacional, único dado disponível até junho, atingiu, só na primeira quinzena de abril, o que estava previsto para todo o mês. Na área estadual, o ICMS não deverá apresentar o mesmo brilhante resultado, mas essa perda deverá ser recompensada por outros prejuízos que foram evitados: se as vendas continuassem no fundo do poço e ocorressem despesas de empregados, por exemplo, a arrecadação do imposto de renda seria bem menor e, em consequência, seria menor também o repasse das cotas dos fundos de participação.

Deve-se considerar ainda que a reativação do mercado de automóveis garantiu mais receitas para a Previdência e evitou mais despesas com o seguro-desemprego e com o aumento na procura de serviços de saúde e transportes públicos.

Agora, quando a inflação teima em não cair abaixo dos 20 por cento o bom-senso indica que basta copiá-lo para outros setores, adaptando-se às peculiaridades de cada um. Um dos corolários da matemática ensina que a soma das partes forma o todo. Vários acordos setoriais formarão um pacto nacional anticrise.

Porém, como no Brasil nem tudo que é óbvio e cristalino entende-se facilmente, havia muita gente achando que o acordo da indústria automobilística não deverá ser renovado ao terminar o mês de junho. Ignorância ou má-fé?

■ Miguel Jorge é vice-presidente de Assuntos Corporativos da Autolatina